

ACM afirma que aumento de IR não passa



Antônio Carlos: "O próprio governo vai encontrar alternativas na medida em que deseje isso"

Proposta, cuja rejeição também é prevista por Temer, recebe críticas de Serra

ROSA COSTA

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso não vai conseguir aprovar no Congresso o aumento do Imposto de Renda da pessoa física, previsto no pacote fiscal, e deve procurar alternativa para substituí-lo.

"Acho que o próprio governo vai encontrar alternativas na medida em que deseje isso", afirmou. "Há a consciência quase total do Congresso que algo tem de ser feito". O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), também previu uma derrota da proposta e o senador José Serra (PSDB-SP) criticou a proposta do governo.

Antônio Carlos Magalhães rebateu o argumento da equipe econômica de que a estabilidade ficará ameaçada se o pacote for alterado. "A equipe econômica manda lá, aqui mandamos nós". Segundo ele, "há 500 alternativas" para substituir os pontos mais polêmicos do pacote. Para o presidente do Senado, as medidas podem ser modificadas, sem prejudicar o ajuste. "O fato não vai sinalizar mal lá fora, para os investidores externos, na medida em que se mostre o esforço que o Congresso está fazendo", previu. "Sobretudo se forem votadas as reformas administrativa e previdenciária".

Ele insitiu que compete ao governo buscar uma alternativa para o aumento do imposto, que renderia pelo menos R\$ 1,2 bilhão no próximo ano. "O que eu acho é que saindo de algum lugar ou não saindo, o importante é que a população não tenha mais essa carga tributária por meio do aumento do Imposto de Renda", argumentou. "Sobretudo a classe média que já é muito sofrida". A executiva do PFL decidiu, também ontem, defender a classe média do peso do pacote.

Esforço — O senador José Serra (PSDB-SP) disse ontem que teria deixado de fora do pacote de ajuste fiscal duas medidas, os aumentos do Imposto de Renda para pessoa física e das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo ele, com o aumento desses dois impostos, o governo terá de fazer um esforço dobrado para obter recursos que, necessariamente, deverá dividir com Estados e municípios.

Serra lembrou que o repasse constitucional obriga a União a transferir 47% da arrecadação do Imposto de Renda e 57% do IPI para Estados e municípios. "Eu não teria utilizado essas medidas por causa de seu efeito fiscal", disse o senador. "Não tenho nada contra Estados e municípios, mas quando se pretende fechar um déficit e obter R\$ 20 bilhões não se deve adotar imposto que necessariamente terá de rachar."

Apesar dessa divergência, o senador explicou que concordou com a decisão do PSDB de fechar questão no apoio às medidas do pacote. "Acho ótimo, claro", frisou. Segundo ele, sua iniciativa ao apontar o que ocorrerá com os recursos do Imposto de Renda e do IPI, não significa que defenda mudanças nas medidas. "Estou apenas dizendo que é uma maneira mais trabalhosa de agir", explicou. Serra lembrou que o repasse obrigatório não consta na previsão de ganhos feitos pelo governo.

O senador tucano previu que as duas medidas devem render R\$ 1,8 bilhão, mas o governo pode ficar com o total líquido, por força do repasse, de cerca de R\$ 900 milhões. "É o dobro do esforço, com um desgaste político inevitável para obter um retorno pequeno", argumentou Serra.